



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008181-65.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Anadilma Garcia Ferreira Geraldês**  
 Embargado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Anadilma Garcia Ferreira Geraldês opõe embargos à execução fiscal nº 0516134-11.2014.8.26.0566, que lhe move o Município de São Carlos, alegando que não é responsável pelo pagamento do IPTU objeto da execução.

Embargos recebidos, fls. 32.

Impugnação apresentada, fls. 37/50.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15 c/c art. 17, parágrafo único da LEF, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Os embargos são tempestivos porque, nos termos do art. 4º, § 3º da Lei nº 11.419/06, cuja regra foi inclusive incorporada no art. 224, § 2º do CPC-15, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DJE, donde se vê que, na situação particular dos autos, considera-se como data da publicação o dia 24.05.2016 e não a sua véspera, o que nos leva à correção do raciocínio vertido pela parte embargante às fls. 02 dos presentes autos.

Ingressa-se no mérito.

A embargada, em impugnação, "não se opõe à exclusão da embargante" (fls. 40), dizendo que no curso da execução houve alteração da titularidade.

Mais à frente, diz que quando da propositura da demanda "a empresa embargante ainda era proprietária do imóvel, respondendo pelo IPTU pendente" (fls. 40).

**1008181-65.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Por tal razão, pede não lhe sejam carreados os ônus sucumbenciais.

Todavia, estes embargos não são movidos pela empresa que já foi proprietária do imóvel, e sim pela outra executada, pessoa física e que foi incluída no pólo passivo da execução porque, segundo a CDA, seria compromissária do imóvel, fls. 23..

Ocorre que não há qualquer elemento nos autos indicando que a embargante jamais tenha tido qualquer responsabilidade pelo pagamento do IPTU, que jamais tenha sido promitente compradora.

Proprietária - como alegou a embargada em impugnação - a embargante também não é e nunca foi, como vemos na certidão de matrícula, fls. 16/17.

Trata-se a embargante, na realidade, conforme fls. 52/55, apenas de sócia da pessoa jurídica que, até recentemente, era proprietária.

Ora, ser sócia do proprietário não implica responsabilidade.

Acolho os embargos para excluir a embargante do pólo passivo da execução fiscal.

Transitada em julgado, certifique-se e cumpra-se naqueles autos, inclusive com a liberação da penhora em favor da embargante.

Condeno a embargada nas custas e despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da execução fiscal.

P.I.

São Carlos, 18 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**